



Texto para Discussão 015 | 2015

Discussion Paper 015 | 2015

Governo Dilma, PT, esquerda e *impeachment*: Três interpretações da conjuntura econômica e política

Eduardo Costa Pinto

*Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA).*

Luiz Filgueiras

Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Reinaldo Gonçalves

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Governo Dilma, PT, esquerda e *impeachment*: Três interpretações da conjuntura econômica e política

Setembro, 2015

Eduardo Costa Pinto

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA).

E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br.

Luiz Filgueiras

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Doutor em Economia pela Unicamp

Reinaldo Gonçalves

Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 Introdução

Com apenas nove meses do segundo mandato, o Governo da presidenta Dilma Rousseff atravessa uma profunda crise econômica e política que tem suscitado uma ampla discussão (acadêmica, política e jornalística) a respeito de suas causas e consequências socioeconômicas. Há uma miríade de interpretações sobre esse atual momento.

Tentando contribuir com o debate, este texto de discussão reúne três interpretações/artigos de opinião (*Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”*; *Notas para a análise de conjuntura*; *Por que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e da punição de Lula?*) que analisam a conjuntura de crise do governo Dilma e seus possíveis desdobramentos.

Os textos que se seguem foram escritos no calor da hora e forjados rente aos eventos políticos do mês de agosto de 2015, um dos períodos de maior tensão do Governo Dilma até o presente momento. Apesar de adotarem a mesma perspectiva, em termo metodológico, de crítica da economia política (campo progressista e de esquerda), os artigos apresentam interpretações diferentes da conjuntura econômica e política do Governo Dilma, sobretudo no que diz às implicações da ação política. Nessa questão as posições são diametralmente opostas.

No artigo 1 (*Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”*), Eduardo Costa Pinto defende que, por mais incrível que isso possa parecer, foram os segmentos dominantes (*FIESP, FIRJAN, Bradesco, O Globo, etc.*) que passaram a emitir sinais – no auge da crise política – para seus representantes no Congresso que eram contra o impedimento naquele contexto de indefinição política. Àquela altura, o *impeachment* poderia agravar ainda mais a rentabilidade (já em queda) das frações do bloco no poder. O processo de acumulação do capitalismo brasileiro poderia travar. Com esse apoio, Dilma dificilmente cairá, mas ficara acuada pelo fantasma do *impeachment*. Esse espectro servirá como instrumento de pressão do bloco no poder e de seus representantes para que o governo avance na direção de novos ajustes fiscais e de reformas estruturais neoliberais. Nesse contexto, os movimentos sindicais, sociais e populares do campo da esquerda precisarão lutar com todas suas forças para manter as conquistas sociais recentes e a própria Constituição cidadã promulgada em 1988.

No artigo 2 (*Notas para a análise de conjuntura*), Luiz Filgueiras argumenta que o Partido dos Trabalhadores e o Lulismo foram os responsáveis pela recente ofensiva política da direita e a ampliação e difusão de sua ideologia e dos seus valores na sociedade brasileira, uma vez que a natureza apassivadora dos Governos Lula e Dilma despolitizaram a classe trabalhadora por meio de sua incorporação via mercado sem uma mudança estrutural. O transformismo do PT não tem retorno e, agora, a sua desmoralização é incomensurável. Não há dúvida que a esquerda não pode dar nenhum apoio e crédito ao Governo Dilma e às suas políticas, que claramente penalizam os trabalhadores e expressam os interesses de certas frações do capital e, em especial, os interesses do capital financeiro. No entanto, essa mesma esquerda não pode ficar alheia e/ou neutra com relação à possibilidade do *impeachment*, claramente patrocinado pelas forças mais reacionárias da sociedade brasileira.

No artigo 3 (*Por que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e da punição de Lula?*), Reinaldo Gonçalves defende que a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor dos protestos populares. A agenda dos protestos populares converge para os interesses e os valores da esquerda brasileira. A solução para a crise sistêmica brasileira requer: (1) impedimento de Dilma; (2) derrota e isolamento do PT; (3) combate frontal à corrupção – condição para a desestabilização do sistema patrimonialista e a redução do poder das oligarquias políticas e dos setores dominantes; e (4) investigação, indiciamento, julgamento, condenação e prisão de Lula – condição para a reconstrução das forças políticas de esquerda.

ARTIGO 1

DILMA: DE “CORAÇÃO VALENTE” À “PRESIDENTA ACUADA”

(Artigo de Opinião – 16/08/2015)

Eduardo Costa Pinto

A primeira metade do primeiro governo Dilma foi marcada por medidas contundentes (demissão de ministros envolvidos em corrupção; redução das taxas de juros; e desvalorização cambial; modificações nos programas de concessões etc.). A presidenta “coração valente” parecia querer enquadrar os políticos, os partidos e o Congresso Nacional (a cena política), a burocracia de Estado e até os setores dominantes (bloco no poder) brasileiros (banqueiros, empreiteiros, industriais e proprietários do agronegócio).

À época, o estilo contundente da Dilma, em comparação com o estilo conciliador de classes adotado pelo ex-presidente Lula, sinalizaria, para muitos, uma nova etapa de medidas econômicas e reguladoras que poderiam domesticar o excludente capitalismo brasileiro (caracterizado por altas taxas de rentabilidades, especialmente do segmento bancário-financeiro; elevada concentração da renda e da propriedade; e elevada pobreza, a despeito das melhorias sociais verificadas nos anos anteriores). Dilma estaria indo além do Lula, rompendo o “acordo” entre a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) – comandada pelo ex-presidente e por Dirceu – e os setores dominantes brasileiros; e avançando na estratégia de desenvolvimento sustentado e inclusivo para a população brasileira.

Esse acordo foi sendo construído desde a campanha eleitoral para presidente de 2002. A vitória eleitoral do candidato Lula do PT foi uma decorrência do malogro do modelo neoliberal, adotado por FHC, em cumprir suas promessas (crescimento, estabilidade e distribuição de renda). A população queria mudança! Parte dos setores dominantes brasileiros também, mas não aquelas propostas pelo programa histórico do PT.

A crise cambial no meio da campanha eleitoral de 2002 era o sinal dos setores dominantes (nacionais e internacionais) para o PT. Se seguissem a sua trajetória histórica teriam muitos sobressaltos para ganhar a eleição e/ou governar o país. Lula e a cúpula do partido optaram pela linha de menor resistência, que significou adotar uma nova rota contrária,

em diversas situações, aos interesses dos grupos sociais tradicionalmente representados pelo Partido dos Trabalhadores.

Nas reuniões restritas do candidato Lula e seu *staff* (Aloísio Mercadante, José Dirceu, Antonio Palloci etc.) com a Febraban fazia-se questão de deixar claro que a possível vitória de Lula não representaria rupturas. A carta ao povo brasileiro sinalizou publicamente o que já vinha sendo discutido nos escritórios de luxo da Faria Lima. O acordo com o bloco no poder estava estabelecido! Em 2010, Dirceu, em reunião com os congressistas do PT para discutir a reforma política, à época, afirmou de forma contundente: vocês não entenderam, somente ganhamos as eleições porque fizemos um acordo com o bloco no poder.

Cabe observar que aquele acordo instável e contraditório era caracterizado (i) no plano econômico pelo permanente “estado de emergência” justificável pelas ameaças das fugas de capital (manutenção do grau de confiança), das crises cambiais e da volta da inflação¹; e (ii) no plano da representação pela constante desconfiança, uma vez que não é trivial a aceitação, por parte dos setores dominantes brasileiros – marcados pela lógica/hierarquia da casa grande-senzala –, de um presidente migrante nordestino pobre, metalúrgico e formado no âmbito do Partido dos Trabalhadores.

Um dos elementos centrais desse acordo foi a manutenção, durante os governos Lula, das linhas da política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e taxa de câmbio flutuante), com certa flexibilização no segundo mandato – após a crise do mensalão – em que se verificou ampliação do crédito, o aumento no salário mínimo, a ampliação dos programas de transferência de renda, a criação do PAC, e ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mesmo com esse tipo de política o país cresceu (4,1% ao ano entre 2003 e 2010), distribuiu renda, reduziu a pobreza extrema. Isso foi possível em virtude da conjuntura internacional favorável, marcada pela ampla liquidez financeira internacional, com baixas taxas de juros nos países centrais, e pela expressiva melhora nos termos de troca do Brasil

¹ PAULANI, Leda M. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

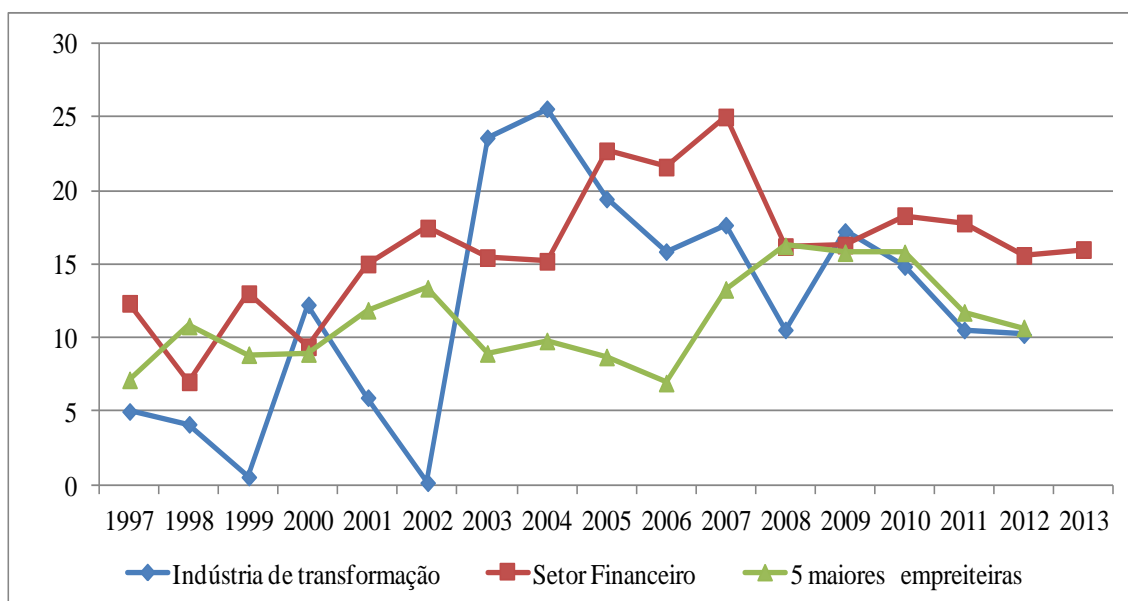
(37% entre 2002 e 2011), que gerou um bônus macroeconômico, reduzindo a restrição externa e fiscal, permitindo a expansão da demanda doméstica. Com isso, foi possível flexibilizar a política econômica no segundo mandato, ampliando os investimentos públicos em infraestrutura e os gastos em políticas de transferência de renda, que proporcionaram maiores taxas de crescimento, aumento do consumo das famílias (mercado interno) e redução da pobreza extrema.

Não há dúvida que os programas de transferência direta de renda e o aumento do salário mínimo criaram uma ligação direta entre Lula e os subalternos historicamente excluídos (subproletariado). “Nunca antes na história desse país” tantas pessoas saíram da condição de pobreza extrema. Apesar disso, essa ligação não significou uma plataforma política para os dominados, mas sim uma política que possibilitou a legitimação da dominação das frações do bloco no poder, com a incorporação de parte dos mais pobres ao consumo capitalista e a segmentos de bens públicos, com forte crescimento da chamada classe C, paralelamente à redução das classes E e D e da pobreza extrema².

Para os setores dominantes, as políticas do governo Lula foram alvissareiras. “Nunca antes na história desse país” os capitalistas ganharam tanto dinheiro. Entre 1997-2002 e 2003-2010, as taxas de rentabilidades médias sobre os patrimônios líquidos (%) dos maiores grupos/conglomerados financeiros, da indústria de transformação (453 maiores empresas industriais) e das cinco maiores empreiteiras cresceram de 12,4% para 18,8%, de 4,7% para 18,1% e de 10,2% para 12%, respectivamente (gráfico 1).

² TEIXEIRA, R.; PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 909-941, 2012.

GRÁFICO 1
Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (%)



Fonte: Base de dados própria, a partir das informações da *Revista Exame* (Maiores e Melhores) para a indústria de transformação (com a exceção dos sub-ramos petróleo e gás, refino de petróleo e coque e álcool) e para as empreiteiras; e das revistas *Balanco Anual da Gazeta Mercantil* (para o setor financeiro entre 1997 e 2004) e *Valor* grupos econômicos (para o setor financeiro entre 2005 e 2012).

Cabe observar ainda que a expansão da rentabilidade da indústria de transformação foi observada em praticamente todos os setores de atividades. As empresas dos segmentos de automóveis, camionetas e utilitários, de eletrodoméstico e de fabricação de aços e derivados, por exemplo, chegaram a obter rentabilidades médias de 71,1%, de 24,3% e de 22,2%, respectivamente, entre 2006 e 2010.

A partir de 2005, com o crescimento da economia articulado ao avanço do mercado interno – gerando maior volume de empregos e de lucros para o setor manufatureiro e de crédito e rentabilidade para o setor financeiro – verificou-se certo fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro. Isso permitiu ao governo Lula articular uma coalizão de interesses (frente política) entre parte da burguesia (interna) e o movimento sindical e popular. Por um lado, o governo atuou na criação e/ou no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais dos segmentos da indústria de *commodities* (intensiva em capital) e da construção civil (tais como Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantin Celulose, Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez etc.) por

meio de programas especiais de crédito e de participação acionária via atuação do BNDES. Por outro, a expansão do crédito de curto prazo para as empresas e famílias e os ganhos salariais consolidaram o apoio do movimento sindical e popular nessa coalizão³.

É preciso ressaltar que essa frente política no Brasil foi construída em meio a inúmeras contradições que foram amenizadas pelo maior crescimento econômico e pela bonança internacional, na década de 2000, e pela habilidade política do presidente Lula em conduzir essa frágil aliança.

Durante o primeiro mandato da presidente Dilma essa frente política foi desarticulada, acirrando as tensões de classe tanto no âmbito do bloco no poder quanto no sistema político-partidário (cena política), uma vez que as condições que viabilizaram a coalizão foram desfeitas.

No plano econômico, a conjuntura internacional tornou-se desfavorável – baixo crescimento mundial e reversão dos termos de troca para o Brasil (-11% entre 2011 e 2013) – implicando num ônus macroeconômico no que diz respeito ao balanço de pagamento e ao efeito renda. As medidas econômicas adotadas (redução das taxas de juros Selic e das adotadas pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; implementação do Plano Brasil Maior e seus vários tipos de desonerações de impostos; a ampliação do crédito para investimento via BNDES etc.) não surtiram os efeitos esperados no que tange ao dinamismo do PIB e do investimento, mas garantiram a manutenção do emprego e renda da população.

A desaceleração econômica e o novo contexto internacional provocaram a redução das taxas de rentabilidade dos segmentos dominantes, sobretudo do setor industrial que destina a sua produção para o mercado interno e externo. Apesar disso, os níveis dessas taxas permaneceram em patamares elevados até 2012 (gráfico 1). Em 2013 e 2014, a rentabilidade do setor financeiro cresceu, ao passo que as rentabilidades da construção civil (-64% em 2013) e da indústria de transformação despencaram.

Nesse novo cenário, para que a frente política continuasse de pé (entregando taxas de rentabilidade positivas para a burguesia interna e mantendo o emprego e a renda para o

³ BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO JR., A; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2012.

movimento sindical e popular) o governo Dilma teve de expandir as desonerações e o crédito subsidiado para o grande capital nacional, pressionado as contas públicas.

No campo da habilidade política a presidenta mostrou-se um desastre. A sua incapacidade de dialogar mostrou-se impressionante. Não recebia deputados e senadores, até mesmo do seu partido. O governo foi perdendo votações e sua capacidade de pautar agendas no Congresso Nacional, ampliando a insatisfação no âmbito da cena política.

A presidenta realmente achou que poderia enquadrar a cena política e o bloco no poder. Ela acreditou que o seu poder estatal (sua posição de presidente) decorria de uma força própria (ao estilo weberiano) distinta do poder de classe que possibilitaria a realização de mudanças estruturais. Bastaria um desenho de especialistas, destituídos de interesses de classe, e a vontade política do governante para realizar mudanças mais amplas. Doce ilusão! A história já nos mostrou que mudanças estruturais somente conseguem ser levadas adiante em momentos de profunda mobilização popular, de contexto autoritário, de depressão econômica e de estado de guerra. Situações estas em que o Estado poder ganhar uma maior autonomia relativa diante do bloco no poder.

No último ano do primeiro mandato, a presidenta Dilma teve de recuar em boa parte das medidas mais estruturais propostas no início de seu mandato. A tensão na cena política e no bloco no poder aumentava a cada dia. O surgimento e a ampliação da operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Moro, que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos do governo, ampliou a pressão. A panela estava próxima de explodir!

A campanha eleitoral explicitou isso. A presidenta Dilma foi perdendo força e legitimidade: i) nos segmentos dominantes em virtude da queda na lucratividade, do aumento do controle econômico e da operação Lava Jato, que assustava e prendia os grandes empreiteiros nacionais; e ii) na classe média tradicional cada vez mais enfurecida com a redução do seu poder de consumo, com a proximidade física da “ralé” (subproletariado) – que passou a viajar de aviação e frequentar espaços comuns – e com os números da corrupção explicitados na Lava Jato.

Para se reeleger, a presidenta e sua campanha adotou um discurso direcionado para os segmentos mais pobres e para os movimentos sindicais, sociais e populares, propondo a continuidade do modelo que garantiu renda do trabalho e certa inclusão social. O acordo

com as elites, sobretudo a burguesia interna, estava definitivamente rompido. Parecia que o segundo governo Dilma avançaria na direção do campo popular.

Para surpresa de parte dos movimentos sociais e dos setores que apoiaram a Dilma na eleição, o segundo mandato iniciou-se numa direção diametralmente oposta. O governo guinou na direção das políticas econômicas ortodoxas e na manutenção dos interesses dos segmentos financeiros. Joaquim Levy e Nelson Barbosa assumiram, respectivamente, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e levaram adiante uma política de ajuste fiscal que englobavam medidas de cortes de despesas lineares (afetando educação, saúde entre outras áreas), redução dos direitos trabalhistas e repatriação do capital brasileiro no exterior enviado ilegalmente por nossas elites. Medidas estas que já implicaram na forte redução do crescimento do PIB, na elevação do desemprego e a na redução da renda real dos trabalhadores.

Parece que a estratégia seria repetir as medidas adotadas pelo primeiro governo Lula, recuperando a confiança dos mercados para reestabelecer o crescimento. Ou seja, recriar um novo acordo com os setores dominantes. Isso é bastante difícil em virtude das atuais condições históricas (cenário externo desfavorável, operação Lava Jato, extrema desconfiança das elites com o PT, dificuldade em mobilizar a base do PT em prol do ajuste fiscal etc.). Essa é uma aposta muito arriscada!

O ajuste fiscal destruiu a já frágil base parlamentar do governo no Congresso Nacional e criou um racha no PT. Parte da base aliada votou contra o ajuste. A crise política ampliou-se de forma impressionante ainda mais com o foco dado ao *impeachment* por Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados – um dos possíveis indiciados pela operação Lava Jato.

Essa crise política atingiu o seu auge na primeira semana de agosto de 2015. O vice-presidente Michel Temer convocou a imprensa e reconheceu que a situação era grave, após reunião com as lideranças dos partidos governistas, e se ofereceu como alternativa para reunificar o país. O ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, elogiou o PSDB, reconhecendo os erros cometidos pelo PT, propondo-o um “acordo suprapartidário” diante da crise política. O Planalto perde a governabilidade, fica paralisado.

O *impeachment* passou a ser uma possibilidade real. Parecia que a Dilma cairia. A fração aécista do PSDB, juntamente com o DEM e com parte do PMDB, controlada por Eduardo Cunha, passou a defender novas eleições. As frações do PSDB controladas por Serra e Alckmin, juntamente com parte do PMDB, passam a defender o *impeachment* onde Temer assumiria a presidência e somente em 2018 ocorreriam novas eleições. A oposição não conseguiu construir um consenso mínimo, ampliando a instabilidade para a realização do processo de impedimento da presidenta Dilma.

A probabilidade de um processo como este sair do controle e paralisar o país tornou-se enorme, o que poderia impactar ainda mais a crise econômica e seus efeitos depressivos sobre as taxas de rentabilidades dos setores dominantes, sobretudo o não financeiro. O processo de acumulação do capitalismo brasileiro poderia travar. O impedimento da presidenta Dilma passou a ser percebido como uma estratégia muito arriscada, em termos econômicos, para as frações do bloco no poder.

Por mais incrível que isso pareça os segmentos dominantes passaram a emitir sinais para os seus representantes no Congresso que eram contra o *impeachment*, pelo menos no curto prazo. Continuaram criticando o governo, mas o impedimento não era o caminho a ser seguido.

Em reunião com os senadores do PT em 5 de agosto, João Roberto Marinho, um dos donos da Rede Globo, afirmou que Dilma deve ser sucedida por quem ganhar em 2018. O surpreendente editorial do jornal *O Globo* do dia 8 de agosto reforça essa posição ao afirmar que os políticos responsáveis de todos os partidos deveriam proporcionar as condições de governabilidade ao governo Dilma. A palavra *impeachment* passou a ser menos utilizada em quase todos os telejornais da emissora.

Pelo lado dos segmentos industriais, a FIESP e a Firjan emitem nota em prol da governabilidade do país, apelando a todas as forças políticas da necessidade de trabalhar em prol da sociedade brasileira. Que para essas duas instituições significa não “permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas”, buscando “manter o grau de investimento” do país.

Pelo lado do setor financeiro, Luis Carlos Trabuco, presidente do Banco Bradesco, afirmou a necessidade de maior convergência entre políticos, executivos e autoridades para reduzir a crise política e seus impactos sobre a crise econômica. É preciso

restabelecer a confiança. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, retomou as relações com os principais banqueiros do país que foram abaladas durante o primeiro mandato e na campanha eleitoral.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, percebeu a sinalização do bloco no poder e passou a conter as manobras do presidente da Câmara e, ao mesmo tempo, propôs a **Agenda Brasil** fortemente alinhada com as medidas do ajuste fiscal. Indo, inclusive, além com as propostas de adoção de idade mínima para aposentadoria e cobrança do SUS por faixas de renda.

Com esse apoio inesperado, Dilma dificilmente cairá, mas ficará acuada durante todo o seu mandato. O fantasma do *impeachment* servirá como instrumento de pressão do bloco no poder e de seus representantes (na cena política) para que o governo avance na direção do ajuste fiscal e se possível (a depender da correlação de forças e da resistência dos movimentos sindicais e sociais) no rumo de novas reformas estruturais neoliberais, conforme proposto pela **Agenda Brasil** e pelos economistas do PSDB (em artigo denominado *O ajuste inevitável*). Para eles, os entraves ao crescimento são fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação).

Na atual conjuntura econômica e política, os movimentos sindicais, sociais e populares do campo da esquerda precisarão lutar com todas suas forças para manter as conquistas sociais recentes e a própria Constituição cidadã promulgada em 1988. A batalha maior não é manter a presidenta Dilma, mas sim pressioná-la na direção de uma nova rota na condução da política econômica. O ajuste fiscal poderá ser apenas o primeiro passo da estratégia proposta pelo bloco no poder e por seus representantes políticos e acadêmicos.

Presidenta Dilma, se for para se manter no cargo que não seja para implementar um novo ajuste estrutural neoliberal, atacando os salários dos trabalhadores, os direitos trabalhistas e as políticas de proteção social.

ARTIGO 2

NOTAS PARA A ANÁLISE DE CONJUNTURA – 18/08/2015

Luiz Filgueiras

1 - O Partido dos Trabalhadores, suas Direções e o Lulismo são os responsáveis fundamentais, principais, pela recente ofensiva política da direita e a ampliação e difusão de sua ideologia e dos seus valores na sociedade brasileira.

A partir dos anos 1990, após a derrota eleitoral das forças de esquerda no ano anterior, representadas pela candidatura de Lula, e o início da efetivação da agenda neoliberal pelo Governo Collor, iniciou-se o processo de transformismo do PT - que o levaria definitivamente, após a vitória de Lula nas eleições de 2002, para o campo da defesa da ordem capitalista num país periférico. Essa vitória, tal como ocorreu - lembrem-se da Carta ao Povo Brasileiro -, teve como pré-condição fundamental a aceitação prévia dessa ordem.

Diferentemente do transformismo da socialdemocracia europeia, o processo de transformismo do PT iniciou-se antes da sua chegada ao governo e, portanto, antes mesmo da implementação de qualquer de seus pontos programáticos. No entanto, tanto lá como cá, a circunstância decisiva para o transformismo foi a ascensão político ideológica do neoliberalismo nos países capitalistas e a derrota do chamado “socialismo real” - em que pese o PT ter nascido criticando essa experiência.

O transformismo político, individual e/ou de grupos, se caracteriza pela incorporação, pelas forças contra hegemônicas, do ideário político da ordem - passando a defendê-lo e a operacionalizá-lo na prática, mas mantendo um discurso e uma retórica que lembram ainda a sua atuação passada, mas já fora de lugar. Mas o transformismo político é acompanhado, necessariamente, pelo transformismo ideológico, ético e operacional. Daí não haver nenhuma surpresa nos escândalos de corrupção do “Mensalão” e, agora, da chamada operação “Lava-Jato”. A corrupção na esfera social e política não se trata apenas, nem fundamentalmente, de um problema meramente moral e individual; ela está incrustada nos mecanismos institucionais da ordem burguesa e na “balcanização do Estado”. No caso do Brasil, podem ser citados, por exemplo, o financiamento privado das campanhas eleitorais, as emendas parlamentares individuais, a enorme quantidade dos

chamados cargos de confiança e a fragilidade jurídica e de fiscalização das relações entre o Estado e o capital - em especial as licitações, mas não apenas. Todos os partidos que atuam defendendo e se comprometendo com essa ordem, e seus respectivos governos, inevitavelmente se corrompem; basta lembrar o Governo Sarney (tido, então, como o mais corrupto da história), o Governo Collor (“o caçador de marajás”) e o Governo FHC (com o seu processo mafioso de privatizações das empresas públicas e a compra de votos de deputados para aprovação de um segundo mandato).

Mas a denúncia e a crítica (em geral, cínicas e hipócritas) à corrupção é sempre, em todos os países e em todos os momentos, uma arma política poderosa; no Brasil, especificamente, podemos citar o “mar de lama” que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, a eleição de Jânio Quadros com a sua “vassoura”, o golpe militar de 1964, a eleição de Collor e a sua derrubada e, agora, as manifestações contra a corrupção na Petrobrás e a defesa do impeachment. A corrupção é sempre a ponta do iceberg e o elemento mobilizador; no entanto, no fundo, encoberta, se encontra a luta entre as classes e frações de classes por seus interesses, em disputa pela hegemonia e o controle do Estado.

O transformismo político-ideológico-moral do PT, ao desarmar politicamente os setores populares e os movimentos sociais, transformando-os em boa medida em correia transmissora do Lulismo - fenômeno crucial para a destruição/descharacterização do PT e a sua subordinação ao governo - criou a atual conjuntura política adversa para os valores e as propostas da esquerda socialista. Independente do que venha ocorrer no futuro imediato, todo esse processo tem ajudado a desmoralizar a esquerda socialista em geral e a dar combustível para a direita e as forças reacionárias. A luta da esquerda socialista, pela conquista da hegemonia na sociedade, que já era difícil, tornou-se, a partir de agora, muito mais desfavorável; essa é a herança dramática que o PT, o Lulismo e os seus Governos estão deixando para as forças socialistas anticapitalistas.

Por tudo isso, não se pode ter ilusão a respeito da sinceridade do socialismo e do projeto político do PT, em que pese a existência no seu interior, em posição subordinada, de tendências políticas socialistas e com as quais devemos dialogar. O seu transformismo não tem retorno e, agora, a sua desmoralização é incomensurável. Constato isso com uma enorme tristeza; uma experiência socialista que criou enormes esperanças, não só no Brasil, mas que terminou por se transformar em seu contrário.

2 - A natureza dos Governos de Lula e Dilma

No Brasil, as políticas e reformas neoliberais iniciadas a partir do Governo Collor acabaram por constituir um padrão de desenvolvimento capitalista que pode ser denominado como sendo Liberal-Periférico. Esse padrão se aprofundou durante os Governos de FHC e se consolidou durante os Governos Lula e Dilma.

As características estruturais fundamentais desse padrão, que o diferencia do padrão anterior - o conhecido Modelo de Substituição de Importações -, podem ser resumidas em cinco pontos:

1. A relação capital/trabalho teve a sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial - que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões. Como consequência, a capacidade de organização, mobilização e negociação dos sindicatos se reduziu dramaticamente.
2. As relações intercapitalistas, em razão da abertura comercial e financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial; o capital estatal perdeu relevância em favor do capital estrangeiro; e fortaleceram-se grandes grupos econômicos nacionais produtores/exportadores de commodities e o agronegócio.
3. A inserção internacional do país na nova divisão internacional do trabalho se alterou para pior, aumentando a sua vulnerabilidade externa. De um lado, a pauta de exportação do país se reprimarizou e se aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. De outro, cresceu dramaticamente a sua dependência financeira, fragilizando o Estado e reduzindo fortemente a sua capacidade de fazer política macroeconômica. Tudo isso decorreu da abertura comercial e financeira que também alimentou a desindustrialização do país e o crescimento da dívida pública.

4. O papel e a importância do Estado, no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, se alteraram - em virtude do processo de privatização e da abertura financeira. O Estado fragilizou-se financeiramente e perdeu capacidade de regular a economia e de implementar políticas macroeconômicas e de apoio à produção.
5. Por fim, em razão de todas essas mudanças, e ao mesmo tempo alimentandoas, constituiu-se um novo bloco no poder, sob a hegemonia do capital financeiro, que passou a ditar as políticas fundamentais do Estado.

Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro - frente às demais frações do capital. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o torna mais regressivo ainda quando comparado a sua agenda e implementação nos países capitalistas centrais.

Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, a característica fundamental desse padrão de desenvolvimento capitalista, que aprofundou ainda mais a dependência tecnológica e financeira do país, se expressa na sua extrema instabilidade e em uma grande vulnerabilidade externa estrutural - que acompanham de perto as alterações cíclicas da economia internacional. Esse padrão de desenvolvimento, com as características estruturais aqui mencionadas, iguala todos os governos brasileiros que se sucederam a partir de 1990.

No entanto, esse padrão de desenvolvimento, desde a sua constituição, e a depender da conjuntura econômica internacional, passou por distintos regimes de política macroeconômica: a âncora cambial do Plano Real no primeiro Governo FHC, o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante) rígido no segundo Governo FHC e em parte do primeiro Governo Lula e, por fim, esse mesmo tripé flexibilizado no segundo Governo Lula e no primeiro Governo Dilma. Mais recentemente, a partir do segundo Governo Dilma retornou-se à aplicação rígida desse tripé.

Esses distintos regimes, cujas vigências dependem decisivamente da conjuntura internacional e que refletem prioridades e vantagens diferentes no que se refere às

distintas frações do capital, sempre implicam em alguma acomodação do bloco no poder. Portanto, são esses regimes de política macroeconômica que diferenciam os dois Governos de FHC, de um lado, e os dois Governos de Lula e o primeiro de Dilma de outro - apesar de todos eles se assemelharem, ao aceitarem e promoverem o Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal-Periférico.

O “boom” econômico internacional nos anos 2000, só interrompido pela crise mundial deflagrada em 2008, permitiu, em razão da redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país, a flexibilização (relaxamento) do tripé macroeconômico. Essa flexibilização, associada a outras políticas adotadas principalmente a partir do final do primeiro Governo Lula - Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e um programa de habitação popular -, teve como consequência a elevação das taxas de crescimento do país e a redução das taxas de desemprego, assim como a diminuição da pobreza absoluta e uma pequena redução da concentração de renda no interior dos rendimentos do trabalho.

A melhora desses e de outros indicadores veio acompanhada de uma inflexão do bloco no poder, na qual o capital financeiro sofreu um deslocamento em sua hegemonia absoluta, tendo que admitir o crescimento da influência de outras frações do capital na condução do Estado: o agronegócio, o capital produtor e exportador de commodities, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do comércio varejista; em suma a chamada burguesia interna, que passou a ser objeto prioritário das políticas do Estado, em especial através do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. E tudo isso, apoiado em um maior protagonismo do Estado, pode ser feito sem atingir os interesses fundamentais do capital financeiro.

Esse momento conjuntural específico do Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico - produto de uma conjuntura internacional favorável e caracterizado por um regime de política macroeconômica que flexibilizou o chamado “tripé”, reacomodou as distintas frações do capital no interior do bloco no poder e permitiu incorporar, via mercado e de forma passiva, determinadas demandas populares -, foi “vendido” politicamente pelo PT e o Governo Lula como sendo um novo padrão desenvolvimento, denominado por eles de Neodesenvolvimentismo (desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social) - que teria superado o Padrão Liberal Periférico característico dos Governos Collor e FHC.

No entanto, a crise mundial do capitalismo deflagrada em 2008, com a consequente piora da conjuntura internacional, desmentiu categoricamente essa ilusão. Ela inicialmente dificultou e, depois, acabou por inviabilizar a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização dos interesses divergentes das distintas frações do capital e dos distintos setores populares. Com isso, a fragilidade e reversibilidade dos pequenos benefícios conjunturais concedidos à classe trabalhadora vieram à tona, com o retorno do tripé macroeconômico em sua versão rígida e a ameaça de novas reformas neoliberais e aprofundamento das já efetivadas. Não há como desconhecer: sem as reformas estruturais democráticas, abandonadas pelo PT no seu processo de transformismo, não pode haver mudanças essenciais na situação da classe trabalhadora.

Desse modo, não se pode ter qualquer ilusão a respeito da capacidade do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico de resolver os problemas e atender as necessidades da classe trabalhadora; nem tampouco ter dúvidas da natureza apassivadora dos Governos Lula e Dilma - que despolitizam a classe trabalhadora e incorporam, via mercado, sem qualquer mudança estrutural e muito parcialmente, algumas de suas demandas.

3 - A conjuntura imediata

A permanência da crise econômica mundial e a deterioração da situação macroeconômica do país reacendeu a disputa entre as distintas frações do capital, principalmente a partir da segunda metade do primeiro Governo Dilma. Esse é o sentido mais profundo da atual conjuntura, na qual o regime de política macroeconômica preferido pelo capital financeiro voltou a ser adotado tal como no início do primeiro Governo Lula.

No entanto, essa disputa está mediada e filtrada pelo sistema político-partidário, a grande mídia e as Instituições e as distintas esferas de poder do Estado – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário -, evidenciando que os distintos interesses em jogo vão muito além da estrita disputa travada entre as distintas frações do capital. Além disso, esses interesses não são facilmente e imediatamente discerníveis no plano partidário e da ação política imediata, de tal forma que a sua representação no plano político se apresenta de forma transversa, fragmentada, confusa e, muitas vezes, assumindo uma forma obscura. Misturando-se a eles, complementando-os ou opondo-se, existem aspirações e interesses

de outros sujeitos, que atuam ativamente, como, por exemplo, setores da chamada “classe média”, as diversas Igrejas – em especial as Evangélicas -, as Centrais Sindicais e Patronais e os diversos movimentos sociais.

Nesse quadro, os efeitos recessivos do regime de política macroeconômica do “tripé rígido” adotado pelo Governo Dilma - eleita de forma apertada e defendendo um caminho oposto ao do ajuste fiscal -, associado à campanha anticorrupção deflagrada e promovida de forma articulada pelo Judiciário e a grande mídia, turbinaram a oposição de direita, partidária e não partidária - cuja expressão maior, no âmbito institucional, é a composição extremamente conservadora do atual Congresso Nacional. Tudo isso levou ao emparedamento do Governo Dilma, ao seu isolamento e a sua fragilização, dando origem a uma crise política que, ao mesmo tempo, impulsiona e é impulsionada pela crise econômica. Com isso, o Governo Dilma tem sido empurrado cada vez mais para a direita; mas, curiosamente, quanto mais Dilma é empurrada para a direita, assumindo e realizando a agenda neoliberal de Aécio, mais agressiva se torna a atuação das forças neoliberais e conservadoras, fragilizando ainda mais o Governo - que passou a perder apoio até entre os seus eleitores tradicionais.

Para piorar ainda mais o quadro, desde 2013 tem-se ampliado a difusão e influência de valores reacionários na sociedade civil, com a ascensão política de uma direita ideológica não partidária, organizada, atuante e mobilizadora - em que se misturam e se fundem valores neoliberais e conservadorismo/reacionarismo moral e de costumes. Esse é um fato novo: a direita convocando e dirigindo manifestações de massa nas ruas, disputando com a esquerda, de forma explícita, a hegemonia no interior da sociedade civil. Para confundir ainda mais as coisas e embaralhar os distintos campos políticos, ambas as oposições de direita - a partidária e a não partidária - passaram a criticar e a dificultar o ajuste fiscal proposto pelo governo.

No âmbito parlamentar, a ofensiva da direita e do conservadorismo vem se expressando em várias iniciativas, tais como: a redução da maioria penal, o projeto de generalização da terceirização, a lei antiterrorismo, entre outros.

Nesse processo, a partir de certo momento, passou-se a propor o impeachment da Presidente Dilma nas mobilizações de rua organizadas pela direita não partidária e que aos poucos, de forma vacilante, começou a ter adeptos também no âmbito político

partidário. A maior ou menor aproximação entre a direita partidária e não partidária, em cada momento da crise, é o termômetro que sinaliza a possibilidade efetiva ou não de se levar às últimas consequências o pedido de impeachment - em alguns momentos parecendo que o Governo Dilma está por um fio e, em outros, parecendo que a proposta está se esvaziando.

A divergência no interior do PSDB, sobre apoiar ou não o impeachment pedido pelas mobilizações de rua e de que forma fazê-lo, evidenciam de forma clara duas coisas: 1- As ambições políticas e vaidades dos vários caciques desse Partido dificultam a unidade de ação da direita partidária, bem como a sua aproximação das ruas. 2- O protesto contra a corrupção e o pedido de impeachment aparecem como o que eles realmente são, isto é, instrumentos na disputa política das diversas forças sociais para se chegar ao poder e defender e implementar os seus respectivos interesses.

Mais recentemente, observam-se algumas circunstâncias e iniciativas que parecem ser mais favoráveis ao governo, ajudando-o a começar a sair de seu total isolamento. Do ponto de vista das iniciativas políticas, destaca-se, primeiramente, um movimento de aproximação do Governo com os Senadores, que procura isolar o Presidente da Câmara para dificultar suas ações contra o ajuste fiscal do governo e a sua tentativa de facilitar o encaminhamento do impeachment. Essa aproximação tem por instrumento a chamada Agenda Brasil - uma espécie de programa genérico, neoliberal/corporativista e de interesses escusos -, proposta pelo Presidente do Senado e apresentado como, supostamente, um conjunto de medidas para a retomada do crescimento.

A existência de possível acordo mais amplo em torno dessa iniciativa, que envolva o Governo, o Senado, parte da Câmara, a grande mídia e frações do grande capital não está ainda clara; mas não seria nenhuma surpresa ou novidade na história do país: a conciliação do “andar de cima”, sem rupturas, é sempre a fórmula utilizada pelos setores dominantes nos momentos de crise aguda; o capital tem horror da instabilidade econômica e política. O certo mesmo é que a proposta do Presidente do Senado foi precedida por encontros dos donos das Organizações Marinho com Ministros e lideranças político-partidárias e pela manifestação, através de uma nota, das Federações da Indústria de SP e RJ na qual pedem moderação e responsabilidade para a solução da crise. Além disso, a Agenda Brasil já se constituiu em objeto de uma reunião do Ministro da Fazenda com os principais banqueiros do país e, nos últimos dias, pode-se notar certo

arrefecimento das críticas ao governo por parte da grande mídia e mesmo o seu menor empenho no estímulo e convocação das manifestações de domingo último (dia 16).

A outra iniciativa importante foi a Marcha das Margaridas em Brasília e a reunião de centrais sindicais e movimentos sociais com a Presidente da República e Lula, nas quais foi explicitada a disposição de defesa do mandato da Presidente - sinalizando a capacidade do governo em incentivar, se necessário, a mobilização de trabalhadores e segmentos populares contra o impeachment - em que pese críticas que foram feitas, na mencionada reunião, ao caminho que vem sendo trilhado pelo segundo Governo Dilma.

Não há dúvida, pelo o exposto até aqui, que a esquerda socialista não pode dar nenhum apoio e crédito ao Governo Dilma e às suas políticas, que claramente penalizam os trabalhadores e expressam, sem possibilidade de disfarce, os interesses de certas frações do capital e, em especial, os interesses do capital financeiro. Ao mesmo tempo, a esquerda socialista não pode ficar alheia e/ou neutra com relação à possibilidade do impeachment, claramente patrocinado pelas forças mais reacionárias da sociedade brasileira.

4 - A possibilidade do impeachment

O impeachment é um instituto legal e democrático, previsto na Constituição do país; mas é um instrumento de natureza essencialmente política. Portanto, se constitui em uma arma na atual disputa política que ora assistimos e participamos e que já vem provocando efeitos, independentemente de vir a ser efetivado ou não no futuro. Em especial tem ajudado a empurrar o Governo Dilma cada vez mais para a direita, tornando-o refém das forças mais reacionárias representadas no Congresso Nacional.

Diferentemente do impeachment de Collor, na atual conjuntura a sua proposição é uma arma que vindo sendo utilizada, claramente, pela direita não partidária e alguns setores da direita partidária; além de estimulada e também utilizada pela grande mídia. Faz parte da tentativa de controle do Estado pelas forças político-sociais mais regressivas e reacionárias da sociedade brasileira. A sua simples ameaça, sem qualquer tipo de confrontação, fortalece essas forças político-sociais e sua eventual efetivação se desdobrará num cenário político ainda mais adverso do que o atual para os trabalhadores e a esquerda socialista.

Portanto, o impeachment não é um problema apenas do Governo Dilma e do PT; ele atinge toda a esquerda socialista agora e no futuro. Os Governos Lula e Dilma, assim como o PT, são vistos, queiramos ou não, como socialistas, antiliberais e corruptos. As manifestações de rua, puxadas por organizações de direita explicitam isso de forma clara; agora, nas de domingo (dia 16), deixaram de fora qualquer crítica moral ou política ao Presidente da Câmara, acusado de propina no contexto da Operação Lava Jato, porque o mesmo é um aliado que poderá facilitar o caminho do pedido de impeachment. Por tudo isso, a esquerda socialista tem que se posicionar, claramente, contra ele, classificá-lo como “golpe” institucional e atuar concretamente para impedi-lo; não pode ter receio de ser confundida com os apoiadores do governo, deixando claro, de todas as formas, que não concorda com esse governo e que se constitui numa oposição de esquerda que tem propostas completamente distintas.

E mais, quanto mais rapidamente a possibilidade de impeachment for descartada, mais claro e nítido ficará o cenário político, abrindo-se um maior espaço para a crítica e as propostas da esquerda socialista. A questão central da conjuntura é o confronto que opõe os que são a favor e os que são contra uma ruptura institucional nesse momento; a esquerda socialista não tem capacidade e influência na sociedade civil para substituí-la por qualquer outra. Não pode ficar apenas constatando que, em certos momentos, cresce a possibilidade efetiva do impeachment e, em outros, como agora - após as iniciativas citadas anteriormente e o menor tamanho das manifestações do dia 16 e sua menor repercussão na mídia -, reduz-se a possibilidade de sua ocorrência.

E o problema não se resolve com a adoção da palavra de ordem “nem Dilma nem Aécio”; que é justa de forma geral, tendo em vista o caminho e a estratégia independentes que a esquerda socialista deve percorrer na luta pela hegemonia e a conquista do poder, mas que, na atual conjuntura, como palavra de ordem para intervenção política na conjuntura, é apenas um slogan impotente – que vocaliza e deixa claro que, para a esquerda socialista, tanto faz que o impeachment ocorra ou não, como se nós tivéssemos capacidade de oferecer, nesse momento, uma terceira alternativa. Isso é um equívoco enorme; a nossa fragilidade política não será contornada por arroubos retóricos nem pelo medo de “nos misturarmos e sujarmos as mãos”; o emparedamento do atual governo pelas forças de direita e extrema direita as fortalecerá e criará um ambiente político de enorme dificuldade para os trabalhadores e a esquerda socialista.

A esquerda socialista, dentro das limitações de suas forças, tem que atuar como sujeito do processo, não pode esperar, como um expectador, o que vai acontecer no futuro. O futuro é marcado pelo passado, mas principalmente construído pelas ações que são feitas no presente; por isso, o futuro está sempre aberto, no sentido de ser possível mais de uma trajetória. O embate dos comportamentos e das ações a favor, contra ou neutros com relação ao impeachment ajudará a construir determinada trajetória que se imporá no futuro, definindo um cenário mais ou menos favorável aos trabalhadores e à esquerda socialista.

Desse modo, participar das manifestações do dia 20 é se posicionar e agir, ao mesmo tempo, contra as políticas do Governo Dilma e contra o impeachment, tal como está explicitado na convocatória oficial da manifestação assinada por inúmeros movimentos sociais e apoiada pelo PSOL e o PCdoB: em defesa dos direitos sociais, da liberdade e da democracia, contra a ofensiva da direita e por saídas populares para a crise. Contra o ajuste fiscal! Que os ricos paguem pela crise! Fora Cunha: Não às pautas conservadoras e ao ataque a direitos! A saída é pela Esquerda, com o povo na rua, por Reformas Populares!

Em razão do conteúdo dessa convocatória - pelos direitos dos trabalhadores e a democracia e contra o ajuste fiscal e às demais ações do Governo Dilma - o PT se recusou a colocar o seu nome nela - embora esteja ajudando na organização das manifestações. É notória a tensão política existente entre esses movimentos sociais, de um lado, e o PT e o Governo Dilma de outro; um motivo a mais para participarmos dessas manifestações e abrirmos um diálogo sincero com esses movimentos - ainda bastante influenciados pelo PT, mas que já dão sinais de certo descolamento, assim como manifestam claras discordâncias com o Governo Dilma.

Por fim, devemos reconhecer uma obviedade: a unidade da esquerda socialista é condição necessária e imprescindível para a superação de sua debilidade política, o fortalecimento da luta da classe trabalhadora e a viabilização de uma alternativa crível, própria desse campo político; a sua atual fragmentação é a razão de sua impotência em intervir e influenciar de forma relevante na conjuntura e, ao mesmo tempo, expressa uma cultura política autoritária e intolerante - que enxerga eventuais divergências conjunturais no seu interior como sendo divergências estruturais e estratégicas insanáveis. Esse comportamento se sustenta na dificuldade

que temos em fazer as necessárias mediações políticas entre a busca do socialismo e as distintas conjunturas históricas - que expressa uma espécie de preguiça e acomodamento intelectual, em favor de fórmulas prontas.

ARTIGO 3

POR QUE A ESQUERDA TEM MAIS RAZÕES DO QUE A DIREITA PARA SER A FAVOR DO IMPEDIMENTO DE DILMA E DA PUNIÇÃO DE LULA?

Versão 15/09/2015⁴

Reinaldo Gonçalves⁵

Introdução

Parte da esquerda brasileira é contrária ao movimento popular que pressiona pelo impedimento da presidenta Dilma e pela punição de Lula, respeitado o ordenamento jurídico próprio. O principal argumento é que esse movimento é determinado, em grande medida, pelas forças conservadoras e de direita. A agenda dos protestos populares, que rejeitam Lula e Dilma, inclui quatro principais questões: falhas de governança (inclusive, incompetência, prepotência); ilícitos (pedaladas fiscais, corrupção etc.); perda de credibilidade (mentiras, superávit de cinismo e hipocrisia, etc.); e crise de legitimidade do Estado (descrença na capacidade atual do Estado de tirar o país da crise sistêmica). Se, de um lado, é verdade que os protestos populares evidenciam o protagonismo das forças conservadoras; de outro, é ainda mais verdadeiro que as principais questões ou razões dos protestos são evidenciadas pela própria realidade.

Outrossim, essas questões que causam os protestos não pertencem exclusivamente à agenda das forças conservadoras ou ao campo da direita. Essas questões também são relevantes no campo da esquerda. Há um conjunto de questões – ilícitos penais, superávit de hipocrisia, falhas de governança e crise de legitimidade do Estado – que é invariável em relação ao campo político, seja à direita, seja à esquerda.

É má-fé o uso pejorativo de adjetivos como “udenista” e “moralista” com o propósito de desqualificar o protesto popular focado no combate à corrupção. Há um único fato:

⁴ A primeira versão deste artigo foi escrita no dia 20/08/2015

⁵ Professor titular da UFRJ e autor do livro *Desenvolvimento às Avessas* (Rio de Janeiro: LTC, 2013). End.: reinaldogoncalves1@gmail.com.

corrupção é ilícito penal. Na história recente brasileira só há agravantes. Não há criminosos de esquerda, de centro ou de direita. Há criminosos que devem ser punidos!

Entretanto, no campo específico da esquerda há outro conjunto de questões que não somente sustenta uma crítica ainda mais contundente dos governos Lula e Dilma, como também reforça a adesão aos protestos populares. Ou seja, a esquerda tem mais razões do que a direita para ser a favor do impedimento de Dilma e a punição de Lula.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) causaram a desmoralização, a pulverização e a destruição da esquerda brasileira. Parte da esquerda, inclusive no PT, sempre soube que a opção “Lula *et caterva*” era uma aposta de alto risco. A esquerda perdeu a aposta. Perdeu, perdeu. Mais do que uma derrota, a opção Lula foi um grave erro estratégico. O processo de reconstrução da esquerda brasileira ainda não começou e será longo, muito longo (duas décadas, talvez). Esse artigo objetiva ser uma contribuição para esse processo.

Esse artigo também é uma reação às análises e aos posicionamentos políticos no campo da esquerda que são contrários ao impedimento de Dilma.⁶ A posição expressa nesse artigo é diametralmente oposta: o impedimento (ou a renúncia) de Dilma é uma condição necessária para o início do processo de solução da crise sistêmica e para a reconstrução da esquerda brasileira.

O artigo defende a agenda dos protestos populares: (1) impedimento de Dilma – figurante supérfluo com desempenho medíocre, conduta grotesca e deficiência cognitiva; (2) derrota e isolamento do PT – desmoralização, apodrecimento e antifuncionalidade para a esquerda brasileira; (3) combate frontal à corrupção – condição para a desestabilização do sistema patrimonialista e a redução do poder das oligarquias políticas e dos setores dominantes (bancos, empreiteiras, agronegócio e mineração); e (4) investigação,

⁶ Há alguns artigos no campo progressista e da esquerda que são críticos (contundentes ou adamosos) em relação ao governo, porém são contrários ao impedimento de Dilma. Ver, por exemplo, as ótimas análises de Luiz Filgueiras, *Notas para a análise de conjuntura* (18/08/2015) e Eduardo C. Pinto, *Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”* (16/08/2015). Por outro lado, há artigos analiticamente muito fracos e politicamente muito contraditórios como, por exemplo, Samuel P. Guimarães, *A ofensiva conservadora e as crises* (17/8/2015).

indiciamento, julgamento, condenação e prisão de Lula – condição para a reconstrução das forças políticas de esquerda.

Mais especificamente, o artigo defende também a tese de que a esquerda brasileira tem mais razões do que a direita para participar dos protestos populares e lutar pelo impedimento de Dilma e a punição de Lula.

1. Esquerda *versus* direita

Nesse texto não cabe uma discussão sobre a dicotomia clássica esquerda *versus* direita cuja origem é a assembléia de 27 de agosto de 1789, no começo da Revolução Francesa. Essa discussão leva a labirintos filosóficos, políticos e históricos.⁷ Entretanto, algum rigor conceitual é necessário para que a análise seja consistente. A precisão conceitual pode ser obtida, em certa medida, se observarmos três procedimentos: (1) hipóteses simplificadoras; (2) reduzido número de marcadores; e (3) tipologia flexível.

As hipóteses simplificadoras são: o regime político é a democracia e o modo de produção é o capitalismo. Essas duas hipóteses excluem forças políticas antidemocráticas de esquerda (stalinista) e de direita (fascista) e descartam sistemas econômicos em que a maior parte dos meios de produção é controlada pelo Estado. Portanto, as instituições-chave (Estado e mercado) operam sob o regime político da democracia e sob o modo de produção do capitalismo.

Os marcadores usados são: papel do mercado, papel do Estado e funções econômicas do Estado (estabilizadora, reguladora, alocativa e distributiva). Há o “Estado mínimo” dos liberais e o “Estado forte” dos socialistas; há o “mercado auto-regulado” da direita e o “mercado fortemente regulado” da esquerda. Na questão distributiva, os socialistas são sanguíneos e defendem a forte intervenção estatal, enquanto os liberais são igualmente sanguíneos a favor de uma intervenção fraca ou nula. Há, ainda, espaço para o Estado com “tamanho moderado” e para o mercado “moderadamente regulado” dos social-democratas ou social-liberais.

⁷ Para um resumo interessante e atualizado da dicotomia clássica “esquerda *versus* direita”, ver Juan J. Sebreli, *El Malestar de La Política*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, p. 337-355.

A tipologia é flexível e abarca os seguintes campos políticos: esquerda, centro esquerda, centro, centro direita e direita. Os dois primeiros podem ser incluídos na categoria de forças progressistas enquanto os dois últimos estão na categoria genérica de forças conservadoras. O “centro” é a zona de sombra entre progressistas e conservadores. A distinção entre progressistas e conservadores é definida pela propensão a mudanças e, principalmente, pela natureza e pela fonte das mudanças.

Os principais marcadores usados são as instituições: mercado e Estado. Essas instituições são fundamentais para se configurar os campos da esquerda e da direita. De um lado, a esquerda tende a valorizar mais a atuação do Estado; de outro, a direita tende a valorizar mais o livre funcionamento do mercado. O *mercado* é entendido como o *locus* de encontro da oferta e da demanda por bens, serviços e fatores de produção. O *Estado*, por seu turno, é a instituição que tem a capacidade de regular a relação entre os homens e os homens, os homens e a natureza e os homens e as coisas e, ademais, é a instituição que tem o monopólio da força, da tributação e da moeda.

Conseqüentemente, o Estado exerce funções econômicas: estabilizadora (estabilização macroeconômica: crescimento, emprego, inflação, contas públicas e contas externas); reguladora (regulamentação das atividades econômicas, como os serviços de utilidade pública); alocativa (distribuição setorial – educação, saúde, transporte, saneamento, seguridade social, defesa etc.); e distributiva (tributação e gasto fiscal, financiamento etc. – foco em classes e grupos sociais).

O QUADRO 1 apresenta uma tipologia de forças políticas: os campos (esquerda, centro e direita); ideologias (conservadorismo, liberalismo, social-liberalismo, socialismo etc.), instituições (intensidade na atuação das instituições fundamentais – mercado e Estado) e a intensidade no uso das funções econômicas do Estado (estabilizadora, reguladora, alocativa e distributiva).

QUADRO 1

Tipologia: campos políticos, ideologia e papel das instituições

Campo político	Ideologia	Instituições		Funções econômicas do Estado			
		Estado	Mercado	Estabilizadora	Reguladora	Alocativa	Distributiva
Esquerda	Socialismo	Máximo	Controle estatal	Forte	Forte	Forte	Forte
Centro esquerda	Socialismo reformista	↑	↓	Moderada	Moderada forte	Moderada forte	Moderada
	Socialismo liberal						
Centro	Social democracia			Moderada	Moderada	Moderada	Moderada
	Social liberalismo						
Centro direita	Liberalismo reformista			Moderada	Fraca	Moderada	Fraca
Direita	Conservadorismo	Mínimo	Autoregulação	Fraca	Fraca	Fraca	Nula

Naturalmente, esses marcadores não são os únicos possíveis para caracterizar a dicotomia esquerda *versus* direita. Há autores que associam a esquerda à questão da igualdade – de fato, à redução da desigualdade.⁸ Nesse, caso, a “propensão a ser de esquerda” está diretamente relacionada à propensão à adoção de políticas de redução da desigualdade. O combate refere-se não somente à desigualdade de renda e de riqueza, como também às desigualdades de classe, raça, gênero etc. Nesse sentido, a esquerda tem uma visão progressista enquanto a direita tem uma visão conservadora.

Na tipologia apresentada, a incorporação das funções econômicas do Estado abarca a questão distributiva. Portanto, a tipologia não somente contempla o tema da igualdade como também associa diretamente a esquerda com a intervenção estatal no sentido de redução da desigualdade. Na medida em que o foco são as funções econômicas do Estado, a referência específica é, no campo da esquerda, a intervenção estatal no sentido de redução da desigualdade da renda e da riqueza. Por outro lado, no campo da direita há a rejeição (em maior ou menor medida) da intervenção estatal no sentido de se mudar a distribuição de riqueza e renda, o que não exclui a aceitação de medidas de combate à

⁸ Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Unesp, 1995.

pobreza. Nesse sentido, a crítica relevante e pertinente é que a tipologia tem um viés econômico.

Outra crítica apropriada é que, na tipologia apresentada, a questão da igualdade não tem a centralidade que deveria ter na dicotomia esquerda *versus* direita. De fato, a questão distributiva recebe peso idêntico às outras funções econômicas do Estado: alocativa, reguladora e estabilizadora. Entretanto, vale ressaltar que a função alocativa pode ter um vetor distributivo. O exemplo evidente é a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) que pode envolver tanto garantia de direitos como redução da pobreza e da desigualdade. Nesse ponto, pode-se argumentar que a política distributiva centrada na seguridade social pode ser vista como a “linha de menor resistência” quando são evitadas medidas tributárias que têm impacto significativo sobre a distribuição de renda e riqueza. Ou seja, a redução da desigualdade econômica ocorre, fundamentalmente, dentro da classe trabalhadora. Portanto, não há mudança estrutural na distribuição da riqueza e da renda (distribuição funcional ou primária) que tem, de um lado, capitalistas e rentistas e, de outro, trabalhadores assalariados, autônomos, aposentados etc. Esse é precisamente o caso do Brasil no passado recente.

A função reguladora do Estado também pode incorporar um vetor distributivo. Para ilustrar, a função reguladora mais eficaz do setor financeiro (fiscalização por parte do Banco Central) permitiria a redução das práticas de abuso do poder econômico que são fontes dos lucros extraordinários dos bancos.

Na função estabilizadora o vetor distributivo também é evidente. A questão central é: quem paga a conta do ajuste macroeconômico? Que classes e grupos sociais arcam com o ônus, por exemplo, do ajuste fiscal? Para ilustrar, o ajuste fiscal assentado na redução dos gastos sociais e no imposto sobre movimentação de contas correntes nos bancos (CPMF) tem impacto distributivo distinto daquele apoiado no aumento dos impostos sobre a riqueza e na progressividade da tributação sobre a renda.

Não há dúvida que a tipologia apresentada é muito simplificadora, o que implica riscos. Entretanto, sua função é simplesmente de cunho didático para que os conceitos-chave usados no artigo fiquem mais precisos. No Brasil, por má-fé ou ignorância, frequentemente esses conceitos são usados para se desqualificar posições divergentes. O

resultado é o debate medíocre via rotulação oca e desqualificação de pessoas, grupos e posições, com o desvio da argumentação sobre conteúdo.

Má-fé e ignorância determinam argumentos do gênero: “essa análise é de esquerda e, portanto, está viciada e fora de moda, e deve ser desconsiderada”; ou, então, “essa proposta é neoliberal e, portanto, é de direita e deve ser descartada”. A situação em um país atrasado como o Brasil é mais grave já que, na ausência do risco moral, atores políticos se identificam como de esquerda e, ao mesmo tempo, defendem ideias de direita e vice-versa. Há também aqueles que se consideram “metamorfozes ambulantes” e, com isso, explicitam despidoradamente a ideologia das conveniências.

Fora do espaço da política a situação não é muito diferente. Para ilustrar, há empresário que defende, como parte da ideologia liberal, a redução do protecionismo e da regulamentação para o conjunto da economia. Porém, quando se trata do seu interesse específico, ele é ardoroso defensor do protecionismo e da regulação, que garantem seus lucros anormais. O conflito valores *versus* interesses é tratado com doses cavalares de hipocrisia no reino das conveniências.

Na ausência do risco moral, políticos, empresários e intelectuais abusam descaradamente dos rótulos: há aqueles que “bebem nas tetas do Estado” e se declaram sanguíneos liberais. E há aqueles que se consideram socialistas (ou social-democratas) e que são serviçais das oligarquias políticas e econômicas de regiões marcadas pela grande exploração da classe trabalhadora e pela violência contra os grupos sociais desfavorecidos.

A classificação do campo político é facilitada com a avaliação da natureza e da intensidade das funções econômicas do Estado. Por exemplo, políticas que efetivamente afetam a distribuição da riqueza envolvem uma forte intervenção estatal por meio não somente da tributação como também da rigorosa punição dos sonegadores. Esse tipo de política enquadra-se mais precisamente no campo da esquerda.

Por outro lado, o programa de transferência de renda conhecido mundialmente como de renda mínima ou renda-cidadã (no Brasil é o Bolsa Família) tem na origem a visão liberal clássica, que é favorável ao assistencialismo funcional. Esse programa objetiva reduzir a violência e o esgarçamento do tecido social provocados pela miséria e pela desigualdade. Esse tipo de política distributiva tem alcance reduzido já que não afeta a distribuição

funcional da renda nem a distribuição de riqueza. Governos tanto de direita como de esquerda usam esse tipo de programa social como “linha de menor resistência”. Na América Latina há diferentes experimentos de modelos de desenvolvimento, com ideologias distintas; no entanto, todos os países adotam programas de transferência de renda: Peru (Juntos), Chile (Chile Solidario), Brasil (Bolsa Família), Honduras (Programa de Asignación Familiar), Colômbia (Famílias em Acción), Venezuela (Madres del Barrio) etc. Ou seja, o governo socialista da Venezuela adota o mesmo tipo de programa assistencialista que o governo conservador da Colômbia. O alcance dos programas é determinado, em grande medida, pela conjuntura internacional, que afrouxa ou restringe as finanças públicas. Portanto, esse tipo de medida assistencialista não permite classificar o governo como sendo de direita ou de esquerda.

Aqui, vale mencionar o caso do Brasil. A direita rotula o governo do PT como sendo de esquerda porque adota o programa Bolsa Família. A esquerda, por seu turno, avalia que esse programa, ainda que contribua para a redução da miséria no país, é uma forma de se evitar o enfrentamento do conflito de classes e a mudança efetiva da estrutura de distribuição de riqueza, renda e poder. Conseqüentemente, o governo do PT jamais poderia ser considerado de esquerda porque, na realidade, a função distributiva do Estado é muito limitada: programa Bolsa Família, benefícios da previdência e outras medidas que são paliativas, porém não são estruturantes. Na perspectiva da esquerda, os governos do PT estão aplicando, na melhor das hipóteses, uma versão (truncada) do social-liberalismo.

A direita também critica os governos do PT por adotarem o modelo nacional-desenvolvimentista. Na realidade, tanto os governos Lula como os governos Dilma aplicam o Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas, conhecido como modelo NADA. O NADA é, precisamente, a troca de sinais do modelo desenvolvimentista usado nos países desenvolvidos e nos países latino-americanos (QUADRO 2).⁹

⁹ Ver, R. Gonçalves, *Desenvolvimento às Avessas* (Rio de Janeiro: LTC, 2013).

QUADRO 2**Nacional-Desenvolvimentismo versus Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas**

Nacional-desenvolvimentismo	Nacional-desenvolvimentismo às Avessas
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimarização
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Essas divergências classificatórias indicam a necessidade de uma análise rigorosa de questões, às vezes muito específicas, para que haja melhor entendimento da realidade do campo político dominante. O fundamental é não cair nas armadilhas criadas pela má-fé e pela ignorância.

A nossa abordagem simplificadora destaca o papel de duas instituições: Estado e mercado. Esquerda, direita, centro, centro esquerda e centro direita valorizam distintamente o papel dessas instituições na sociedade e na economia. A abordagem também pode ser criticada já que não incorpora um marcador fundamental: liberdade. A exclusão desse marcador implica o reconhecimento da existência da extrema esquerda e da extrema direita, ambos com forte viés estatizante, autoritário e antidemocrático.

Para superar esse problema e simplificar o exercício de classificação de campos políticos e ideológicos, são adotadas duas hipóteses: regime político democrático e modo de produção capitalista. Essas hipóteses permitem a exclusão das forças políticas de extrema esquerda e de extrema direita na tipologia apresentada. De modo geral, essas forças negam a democracia, o capitalismo e o mercado, e veneram o Estado. É imediata a lembrança dos regimes stalinista e nazista. A ideologia dos stalinistas significa múltiplas rejeições: democracia, capitalismo e mercado; por outro lado, têm veneração pelo Estado (sob domínio total do partido único). A ideologia dos nazistas (nacional-socialismo)

envolve: tolerância negativa com a democracia; tolerância qualificada em relação ao mercado (sob forte controle governamental) e ao capitalismo (capitalista como mal necessário); e a veneração do Estado (Estado-nacional sob domínio do partido único ou fortemente majoritário). A extrema esquerda e extrema direita têm em comum a negação da democracia e a veneração do Estado. Portanto, estão fora da nossa tipologia.

Algumas situações concretas da atualidade, que estão “fora curva”, também não podem ser enquadradas na nossa tipologia: a Ditadura teocrata do Irã; a Monarquia despótica da Arábia Saudita; e o Comunismo totalitário da Coreia do Norte. A tipologia também não serve de base para a classificação do Capitalismo de Estado conduzido pelo Partido Comunista (partido único, regime totalitário) na China.

Entretanto, a tipologia pode ser útil para se mapear campos políticos e ideologias no Brasil. A bitola informada pela tipologia contempla casos de capitalismo atrasado, Estado patrimonialista e corrupto, sociedade invertebrada, democracia truncada e instituições frágeis; ou seja, o caso do Brasil atual.

A ênfase na dicotomia clássica é importante e necessária porque ela permite a identificação clara da abordagem analítica dominante que é adotada nas seções seguintes, que examinam a crise brasileira. Essa abordagem abarca: método da Economia Política (interação entre economia e política); ênfase nas questões estruturais; e dinâmica dos conflitos de interesses (classes, grupos, setores, etc.). Mais especificamente, as análises, as críticas e as propostas discutidas nas seções 2-5 são, de modo geral, próprias ao campo político da esquerda. Ou seja, as questões econômicas, políticas e institucionais são abordadas a partir de uma perspectiva de esquerda. Isso não exclui, naturalmente, o fato de que algumas questões também são de interesse e agridem os valores no campo da direita.

2. Desestabilização macroeconômica e problemas estruturais

A herança trágica do primeiro governo Dilma inclui profunda desestabilização macroeconômica. Essa desestabilização também é ampla já que abarca o *front* interno (recessão, aumento do desemprego, desmoronamento do investimento, déficit público e pressão inflacionária não desprezível) e o *front* externo (déficit muito alto da conta de

transações correntes e elevado e crescente passivo externo financeiro líquido). A questão técnica relevante é um ajuste simultâneo (interno e externo) com o agravante de que os desequilíbrios são todos muito fortes e alguns com tendência de piora: recessão, desemprego etc.

A questão política relevante é que há uma séria crise de legitimidade do Estado (descrença na capacidade do governo Dilma de resolver os problemas de curto, médio e longo prazos). Da mesma forma que os protestos populares de 2013, os atuais protestos decorrem, em grande medida, dessa crise. A mediocridade esférica do governo Dilma resulta no fato de que ele é avaliado como ruim por capitalistas e trabalhadores, por ricos e pobres, pela direita e pela esquerda.

A questão estrutural relevante é que o país continua na armadilha do Modelo Liberal Periférico (MLP) introduzido no governo FHC e ampliado e aprofundado nos governos Lula e Dilma.¹⁰ Esse modelo coloca o país em uma trajetória de instabilidade e crise, cujo final é, invariavelmente, a instabilidade política e a crise institucional.

A conjuntura internacional excepcionalmente favorável funciona como “antiinflamatório”, porém aumenta ainda mais a vulnerabilidade externa estrutural do país, como ocorreu durante o governo Lula. O MLP implica graves problemas estruturais: o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador; a reprimarização do padrão de comércio exterior; a desnacionalização do aparelho produtivo; o atraso do sistema nacional de inovações; e o agravamento da dominação financeira.

Políticas macroeconômicas oportunistas (apreciação cambial), irresponsáveis (contenção dos preços de serviços públicos, desoneração fiscal de setores como a automobilística) e, até mesmo, criminosas (expansão exponencial do crédito doméstico e o sobreendividamento a taxas de juros absurdas) dão algum folego para os governantes e, inclusive, são determinantes nos ciclos político-eleitorais. Entretanto, essas políticas provocam a acumulação de desequilíbrios que geram pressão inflacionária, deterioram as

¹⁰ Para uma análise desse modelo, ver M. Carcanholo, *A Vulnerabilidade Econômica do Brasil* (São Paulo: Ideias&Letras, 2002), L. Filgueiras e R. Gonçalves, *A Economia Política do Governo Lula* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2007); e R. Gonçalves, *Desenvolvimento às Avessas* (Rio de Janeiro: LTC, 2013).

contas públicas e as contas externas, e reduzem a capacidade de expansão dos investimentos por um longo período (como consequência, por exemplo, sobreendividamento do Estado, das famílias e das empresas).

A situação se agrava em decorrência das políticas de gastos públicos que envolvem péssima alocação de recursos, corrupção e vazamento de renda para o exterior. Esse é o caso dos gastos nos projetos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, das obras de infraestrutura com duvidosa relação benefício-custo, e da megalomania, irresponsabilidade, incompetência e corrupção nos gastos do setor público e das estatais (caso conspícuo: pré-sal e Petrobrás).

Como se não bastassem as graves restrições estruturais, o governo Dilma caracteriza-se, desde o início em 2011, por um déficit de governança. Mesmo quando há boas ideias e projetos, o governo mostra-se incompetente na execução. Esse déficit de governança evidencia-se claramente na atual política de ajuste macroeconômico. Poucos meses depois de definida a meta de superávit fiscal, o governo teve que redefini-la. O “melo da meta” divulgado na internet tem grande simbolismo (segundo Dilma, ela não fixa a meta, depois que ela atinge a meta, ela duplica a meta!).

Além do déficit de governança há a nulidade de liderança da Dilma. Na realidade, Dilma é um figurante supérfluo dentro do Estado brasileiro. O figurante supérfluo tem desempenho desastroso, conduta grotesca e deficiência cognitiva. Não há como recuperar a credibilidade do Estado brasileiro com Dilma na presidência.

A avaliação é que estaremos ainda piores no longo prazo se ficarmos focados na estabilização assentada em políticas fiscais e monetárias restritivas. Essas políticas tendem a agravar as restrições estruturais que influenciam a estabilização macroeconômica no curto prazo, a capacidade de recuperação no médio prazo e o desenvolvimento no longo prazo.

Os desequilíbrios macroeconômicos brasileiros, após a eclosão da crise global em 2008, resultam tanto dos erros de política dos governos Lula e Dilma como da vulnerabilidade externa estrutural do país, que se agravou durante esses governos. A situação de instabilidade e crise do Brasil deve se estender por muito tempo em função dos erros e das vulnerabilidades.

Os principais problemas estruturais do país, no âmbito do Modelo Liberal Periférico e das relações econômicas internacionais do país, são: (1) deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador, principalmente, a partir do governo Lula; (2) desnacionalização da economia com as privatizações, as concessões e a penetração do investimento externo; (3) atraso do sistema nacional de inovações; e (4) elevado passivo externo financeiro.

O fato de grande relevância é que o setor dominante (setor primário-exportador) “suga” recursos (capital, mão-de-obra qualificada e tecnologia) de outros setores mais dinâmicos. Ademais, há o agravante da crescente dependência da economia brasileira em relação à demanda por importações de *commodities* pela China. Há também o crescente volume de investimentos chineses na economia brasileira, assim como a maior oferta de financiamento externo por parte de bancos chineses. O atrelamento do vagão brasileiro à sublocomotiva chinesa agrava a vulnerabilidade externa estrutural do Brasil e compromete a capacidade do país de se proteger da instabilidade da economia mundial e das pressões bilaterais. Para ilustrar, o recente acordo bilateral Brasil-China é patético: chineses oferecem financiamento para que compremos seus bens e serviços e nos ensinam a jogar peteca; por outro lado, o Brasil exportará minério de ferro, soja e petróleo e facilitará privatizações na logística que interessa às empresas chinesas importadoras de *commodities* do país. O Brasil redescobre, em pleno século XXI, sua vocação para colônia. Portanto, o país consolida seu papel de figurante no cenário mundial.

Certamente, as críticas acima são mais condizentes com a perspectiva da esquerda (abordagem estruturalista, de longo prazo, associada aos conflitos de classes e setores) do que com a perspectiva da direita, em particular, a visão liberal que enfatiza o equilíbrio fiscal no curto prazo.

3. A “não saída” econômica

Os problemas mais graves são estruturais e afetam as esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira das relações econômicas internacionais do país. As tendências nos últimos anos têm sido no sentido do agravamento dessas restrições, que aumentam a vulnerabilidade externa estrutural do país e, portanto, reduzem sua capacidade de resistência a fatores desestabilizadores externos.

Na situação de manutenção de falhas estruturais, é lamentável o debate brasileiro sobre estabilização macroeconômica (ajuste simultâneo interno e externo). Mais especificamente, é débil o debate que envolve, de um lado, os meninos afoitos da ortodoxia (despachantes e candidatos a economistas-chefe dos bancos), que defendem políticas fiscal e monetária restritivas e advogam reforminhas (por exemplo, previdência) que aumentam as oportunidades de ganhos dos bancos, porém não afetam questões estruturais. De outro, há as raparigas em flor do keynesianismo, que defendem políticas macroeconômicas expansionistas e fazem o discurso vazio do aumento de produtividade e dos gastos em educação, sem questionar a alocação de recursos e o viés da fronteira de produção.

O debate torna-se ainda mais equivocado quando a esse grupo se junta turma que, desde a eclosão da crise, argumenta que as reservas internacionais garantem a blindagem do país frente às pressões internacionais. Essa turma desconhece três fatos evidentes: (1) as reservas foram acumuladas, não como resultado do superávit da conta de transações correntes, e sim como resultado do atrativo de juros muito altos; (2) as reservas internacionais brasileiras têm custos fiscal e cambial muito elevados; (3) reservas implicam blindagem de papel crepom frente às múltiplas fontes de vulnerabilidade externa estrutural do país; e (4) descontando as reservas internacionais, o passivo externo financeiro líquido supera US\$ 650 bilhões.

Que diferença substantiva há entre um superávit primário de 0,5% ou 2%? Que diferença fundamental há entre uma taxa Selic de 10% ou 15%? Abusando da metáfora: para quem está com metástase, que diferença faz a dose diária de 500 mg ou de 1.000 mg de paracetamol? Muito mais relevante do que a dosimetria da estabilização é a natureza e a qualidade das políticas macroeconômicas, bem como o foco do aumento de produtividade e a alocação de recursos fora do setor primário-exportador. Qualquer macroeconomista bem adestrado, e com boa formação técnica na questão do desenvolvimento – isto é, na dinâmica curto prazo-longo prazo –, pode perguntar: Quais são o sentido e natureza do equilíbrio simultâneo (externo e interno) quando a economia está na armadilha do modelo de crescimento empobrecedor?

Atualmente, o ajuste fiscal tipo “corte e costura” é errático e ineficaz. Esse ajuste tem custo elevado e está baseado no recorte de gastos com critérios pouco claros e marcado pelo varejo clientelista e corrupto do balcão da pequena política. Há, ainda, o agravante

da aleatoriedade e o oportunismo na geração de receita tributária. Aumentar impostos indiretos sobre a atividade dos bancos implica imediatamente a transferência desse ônus fiscal para a população em razão das práticas de abuso do poder econômico por parte dos bancos.

Na perspectiva da esquerda, o ajuste via tributação implica progressividade sobre os rendimentos do trabalho e maior incidência de impostos sobre os ganhos do capital, principalmente, dos setores dominantes (bancos, agronegócio, mineração e empreiteiras). Por que não se criar um tributo sobre a exportação de *commodities*?

No que se refere ao ajuste monetário, cabe mencionar que um número cada vez menor de países usa o regime de meta de inflação. Segundo o FMI, atualmente menos de 18% dos países-membros do Fundo usam esse tipo de regime. No Brasil o regime cambial é ambíguo e a política cambial também é errática e ineficaz. Há momentos em que a política cambial está focada no controle da inflação; há momentos em que ela está direcionada para o ajuste das contas externas; e há momentos em que o governo perde total controle sobre a trajetória dessa variável-chave da gestão macroeconômica. A situação brasileira é ainda mais grave quando há inconsistência entre as políticas macroeconômicas, em particular, entre a política de crédito e a política monetária.

Certamente, a discussão acima está distante da perspectiva da direita liberal e, por outro lado, é compatível com a abordagem e as recomendações de diretrizes de estratégias e de políticas da esquerda.

4. A saída política: impedimento de Dilma

A onda de protestos populares é a única fonte de otimismo em 2015. É um sopro de esperança.

Além das vulnerabilidades e fragilidades estruturais próprias do Modelo Liberal Periférico, o Brasil tem se viciado em errar, errar de novo e errar pior. Falhas de mercado, falhas de governo e falhas estruturais se multiplicam. Agrega-se a isso o déficit de lideranças, o invertebramento social e a degradação institucional. Sem perspectivas de mudanças, a avaliação é que o Brasil se encontra na situação de que “nada é tão ruim que não possa piorar”.

A crise de legitimidade do Estado é muito séria. Conciliação e reforminhas não resolverão o problema. Precisaremos de décadas para superar a herança maldita de FHC, a herança desastrosa de Lula e a herança tragicômica de Dilma. Com esperança negativa, só resta ao povo brasileiro o mecanismo desafio-resposta. Cabe partir, imediatamente, para o processo de ruptura com essas heranças. A onda de protestos populares é uma das ferramentas nessa direção.

A ruptura exige, para começar: (1) a reversão do viés pró setor primário-exportador da matriz de produção, e (2) a rejeição do secular vício brasileiro de conciliação e reforminhas baseado na covardia atávica que, por seu turno, gera o argumento de que a “correlação de forças” não é favorável à mudança estrutural. O viés e o vício levam ao “navegar é preciso”, ao sabor dos ventos (das circunstâncias, sem estratégia). O navegar sem rumo leva na direção de uma estrutura de produção cada vez mais retrógrada e vulnerável e na direção de uma sociedade cada vez mais corrupta, violenta e bárbara.

A ruptura exige também o defenestramento dos incompetentes, a prisão dos corruptos e corruptores, o afastamento dos covardes e a desmoralização da canalhocracia de direita, de centro e de esquerda, no setor público e no setor privado.

Em setembro do ano passado consultei conhecidos e amigos no campo de esquerda (socialistas democráticos) sobre o voto para a presidência no segundo turno. O resultado foi empate: metade votou em Dilma e metade votou nulo. Eu defendi o voto nulo.

A avaliação pelo voto na Dilma baseou-se em alguns argumentos importantes (mas não necessariamente verdadeiros), inclusive, na ideia de que "cabe votar no menos pior". Por outro lado, o voto nulo ancorou-se, principalmente, no argumento de que tanto Lula quanto Dilma fizeram governos que, na sua essência, não foram muito diferentes dos governos que tucanos e similares fariam (o imperativo do Modelo Liberal Periférico). O bloco no poder é o mesmo, o modelo é o mesmo, e as políticas são essencialmente as mesmas.

Havia outro argumento: a nulidade da liderança de Dilma e a mediocridade esférica do primeiro governo e, certamente, do segundo - com a acumulação dos problemas e o agravamento das restrições. A previsão (e a aposta) era que o fenômeno da eclosão da crise de legitimidade do Estado de 2013 se repetiria. Questão de tempo!

Os tucanos ou qualquer outro grupo político não fariam mudanças no modelo e, muito provavelmente, haveria aprofundamento e alargamento do MLP. A diferença seria, talvez, a contenção da crise de legitimidade do Estado. Os protestos populares teriam uma agenda mais focada nos problemas econômicos (desemprego, perda de renda, fragilização da seguridade social etc.).

Se for para manter o MLP, o fato é que os tucanos têm mais credibilidade, condições objetivas e subjetivas, e talvez competência (*malgrè* Aécio e *et caterva*), para fazer as políticas restritivas de ajuste e o aprofundamento do MLP do que a coalizão que sustenta o governo Dilma.

Sou a favor do impedimento da Dilma. Não importa quem ou que grupos políticos assumirão. O fundamental é a contínua e crescente pressão das ruas. Os grupos políticos estão todos contaminados e a institucionalidade apodrecida. Quem sabe, seguindo o padrão argentino, não logremos defenestrar Dilma e, em seguida, os Temer, Cunha, Renan e outros tipos da mesma espécie? Ingenuidade? Talvez sim, talvez não. Naturalmente, há risco de aparecer "salsicheiros", demagogos, farsantes e aventureiros. Mas, pelo menos, cria-se a oportunidade para o aprofundamento da democracia, o fortalecimento das instituições, reinvertebramento da sociedade e a reaglutinação das forças de esquerda. Vale destacar que a reconstrução da esquerda brasileira exigirá décadas. O impedimento de Dilma é uma oportunidade ímpar para se começar mais rapidamente esse processo.

A recomendação de se opor ao impedimento em troca do compromisso de Dilma, da base aliada e dos setores dominantes de promoverem mudanças estruturais é, na melhor das hipóteses, ingênua e incoerente. Dilma é um figurante supérfluo (desempenho desastroso e conduta grotesca, e a presidente tem o agravante da deficiência cognitiva). A permanência dela implica caminho errático e instável e, conseqüentemente, isso permite ao bloco de poder consolidar e promover a sua agenda conservadora (privatização, previdência privada, redução dos direitos trabalhistas, desnacionalização etc.). Isso já está acontecendo tendo em vista o vácuo de poder. No "barata voa", os setores dominantes consolidam e ganham posições e os oportunistas tiram suas "casquinhas" (inclusive, enriquecimento pessoal)!

5. Derrotar o Lulismo é preciso

A herança desastrosa de Lula é pior do que a herança maldita de FHC ou a herança tragicômica de Dilma. O Lulismo significa:

(1) a traição e o aborto de um projeto de transformação que foi gestado durante mais de duas décadas por distintas forças da esquerda brasileira;

(2) o transformismo e o apodrecimento do Partido dos Trabalhadores, que foi construído com diretrizes socialistas e democráticas – transformismo sem retorno que gerou desmoralização e apodrecimento;

(3) a desmoralização, o enfraquecimento e a pulverização da esquerda brasileira – uma notável parte se submeteu ao oportunismo, à venalidade e à corrupção; e aqui não se trata somente dos atuais condenados no Mensalão, no Petrolão e na Lavajato (atuais e futuros condenados), que são pontas de iceberg;

(4) a covardia com a submissão de parte da esquerda aos setores dominantes e às oligarquias políticas sob o argumento da correlação de forças desfavorável;

(5) a consolidação do poder das oligarquias econômicas e políticas retrógradas com o pretexto de se manter a governabilidade;

(6) o aumento do poder econômico e político dos setores dominantes – bancos, agronegócio, mineração e empreiteiras, que são grandes financiadores de campanhas eleitorais e fontes de enriquecimento pessoal;

(7) o invertebramento da sociedade civil – cooptação, fragilização e a corrupção de organizações representativas da sociedade civil como a UNE, CUT, MST etc., que levou à desmoralização de algumas de suas lideranças e das próprias organizações;

(8) a ilusão da inclusão social – pobres travestidos de nova classe média com TVs de 2 metros de comprimento que morrem nos corredores dos hospitais, são humilhados pelas empresas prestadoras de serviços públicos, são vítimas da violência crescente e sofrem a humilhação de terem concluído o curso médio deficiente, o curso superior igualmente deficiente e fazem o trabalho de semianalfabetos; pobres que caíram no “canto de sereia” criminoso do crédito fácil, que comprem carros em 72 meses para passar 5 horas por dia no trânsito sob ameaça permanente de assalto e homicídio;

- (9) o aumento da vulnerabilidade externa estrutural do Brasil nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetário e financeira;
- (10) o aprofundamento do Modelo Liberal Periférico – desindustrialização, desnacionalização e concentração de capital;
- (11) a crescente dominação financeira – o patrimônio líquido dos 3 maiores bancos privados praticamente duplica em relação ao patrimônio líquido das 500 maiores empresas do país durante os governos do PT; dominação financeira que faz com que despachantes dos grandes bancos sejam nomeados para altos escalões da gestão econômica com o aval de dirigentes petistas;
- (12) a reversão do Brasil ao *status* de colônia com a dominação do setor primário-exportador e o atrelamento da economia brasileira à economia chinesa – o Brasil torna-se um vagão de 3ª classe na economia mundial, com perda de poder econômico;
- (13) a degradação das instituições – universidades públicas inchadas, com condições precárias, salas de aula em containers, etc.; balcanização do aparelho de Estado; aporcalhamento do Legislativo;
- (14) o alargamento e o aprofundamento de um sistema político patrimonialista, clientelista, nepotista e corrupto – a origem do Mensalão, Petrolão, Lavajato etc.;
- (15) a fragilização, talvez sem retorno, da maior empresa do país (Petrobrás) e das grandes empreiteiras nacionais que protagonizaram casos de má governança pública, má governança privada e corrupção em alta escala – empresas tão valorizadas pelos nacionalistas de direita e de esquerda e que correm risco crescente de privatização (Petrobras), desnacionalização (Petrobras e empreiteiras) e, até mesmo, quebra; há indivíduos na esquerda e na direita com o pesadelo de que a Petrobrás foi comprada pelos chineses por US\$ 1,00 após megadesvalorizações cambiais, megavazamentos de óleo nas costas brasileiras, retorno negativo dos poços do pré-sal etc.; e,
- (16) a seleção adversa que promoveu o oportunismo (neopetismo) e gerou um figurante supérfluo (Dilma) – que logo no início do primeiro mandato já evidenciava a herança tragicômica, a crise de legitimidade do Estado brasileiro e o risco crescente de crise institucional.

Certamente, os marcadores do Lulismo agridem mais os valores e interesses da esquerda do que os valores e os interesses da direita.

6. Síntese

A conclusão central da seção 1 é que tipologias de campos políticos e de ideologias têm que ser flexíveis. Há um infinito número de tons de cinza visto que há infinitas combinações de branco e preto. Somente os “cinzentos cegos” rejeitam a existência do branco e do preto. Os campos da política e da ideologia são cinzentos visto que há infinitas combinações de interesses (política) e de valores (ideologia). Há combinações mais próximas do tipo ideal de esquerda ou mais próximas do tipo ideal de direita. Somente os “cinzentos cegos” rejeitam a dicotomia clássica esquerda *versus* direita. Essa dicotomia é parte da realidade no século XXI.

A ênfase na dicotomia clássica é importante e necessária porque ela permite a identificação clara da abordagem analítica dominante. Essa abordagem é adotada nas seções seguintes, que examinam a crise brasileira e os governos do PT. Os governos Lula e Dilma são responsáveis pelo aprofundamento e ampliação do Modelo Liberal Periférico que gera o processo de desenvolvimento às avessas do país. Na perspectiva da esquerda, os governos do PT estão aplicando, na melhor das hipóteses, uma versão (truncada ou corrompida) do social-liberalismo.

As críticas no campo conservador aos governos do PT restringem-se, em grande medida, à questão operacional do modelo já que focam: falhas de governança (inclusive, incompetência, prepotência); ilícitos (pedaladas fiscais, corrupção etc.); perda de credibilidade (mentiras, superávit de cinismo e hipocrisia, etc.); e crise de legitimidade do Estado (descrença na capacidade atual do Estado de tirar o país da crise sistêmica). No campo da esquerda, as críticas também tratam dessas “questões operacionais”. Porém, vão além com a crítica contundente aos governos Lula e Dilma que são responsáveis por ampliar e aprofundar o Modelo Liberal Periférico (MLP) e por colocar o país no processo de desenvolvimento às avessas. O social-liberalismo petista pode ser visto, na melhor das hipóteses, como parte do campo político do centro – um campo minado já que truncado e corrompido operacionalmente.

Na seção 2 o argumento central é que a discussão, que ocorre no campo conservador, sobre a profunda e ampla desestabilização macroeconômica no Brasil é medíocre. A

principal razão é que ela negligencia os determinantes estruturais da crise brasileira, o papel dos setores dominantes e os conflitos de interesses. O Modelo Liberal Periférico, introduzido no governo FHC e aprofundado e ampliado nos governos Lula e Dilma, é determinante da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira e das suas fragilidades. Certamente, há o agravante dos erros de política econômica. Na perspectiva da esquerda, os governos de Lula e Dilma são responsáveis tanto pelas falhas relativas à política macroeconômica, como pelo aprofundamento das falhas estruturais.

A seção 3 trata da hipótese de que não há saída econômica possível para o país se o foco continuar sendo a política de ajuste macroeconômico de curto prazo. Esse ajuste está centrado nas políticas restritivas de natureza fiscal e monetária. Além das falhas de governo e de mercado, o Brasil sofre de falhas estruturais. O MLP condena o Brasil a uma trajetória de instabilidade e crise no curto e no médio prazos e ao desenvolvimento às avessas no longo prazo. O estrutural condiciona o conjuntural. No âmbito da economia, é preciso mudar o modelo, em geral, e o viés pró setor primário-exportador, em particular. Não se trata de uma questão abstrata; muito pelo contrário, é o imperativo de mudanças de estratégia, políticas, estruturas de produção e institucionalidade. Na perspectiva da esquerda, os governos do PT são os responsáveis diretos pelo processo de desenvolvimento às avessas do país (Brasil que anda para trás).

A seção 4 trata da saída política da crise no curto e médio prazos. Essa saída requer o impedimento da presidenta Dilma – figurante supérfluo (desempenho medíocre, conduta grotesca e deficiência cognitiva). Esse figurante supérfluo agrava a crise de legitimidade do Estado e, portanto, tem grande responsabilidade pela crise sistêmica. Esse fenômeno deve estar igualmente presente nas agendas políticas tanto da direita como da esquerda. Ademais, esse figurante supérfluo causa a desmoralização e a pulverização da esquerda brasileira. Isso é um não-tema para o campo conservador, porém é vital para a sobrevivência e a reconstrução do campo progressista.

Na seção 5 argumenta-se que o Lulismo é uma grave restrição para a solução da crise sistêmica no país. O Lulismo é uma das causas principais do processo de desenvolvimento às avessas. O Lulismo impede a reaglutinação das forças progressistas no país e, ademais, sua destruição é necessária para a reconstrução da esquerda brasileira.

A solução para a crise sistêmica brasileira requer: (1) impedimento de Dilma – figurante supérfluo; (2) derrota e isolamento do PT – desmoralização, apodrecimento e antifuncionalidade para a esquerda brasileira; (3) combate frontal à corrupção – condição para a desestabilização do sistema patrimonialista e a redução do poder das oligarquias políticas e dos setores dominantes (bancos, empreiteiras, agronegócio e mineração); e (4) investigação, indiciamento, julgamento, condenação e prisão de Lula – condição para a reconstrução das forças políticas de esquerda.

Esses são os temas prioritários na agenda dos protestos populares. A realidade gerou a luz! No que se refere à realidade e as soluções para a crise sistêmica brasileira, o fato é que parte do povo tem uma compreensão mais clara e precisa do que aquela expressa por muitos políticos e analistas, inclusive, da esquerda.

O apoio das forças políticas de centro e de direita para a agenda popular não é razão para se tentar desqualificar ou rejeitar os protestos populares, pacíficos e democráticos e, menos ainda, a própria agenda. O argumento de que essa agenda é apoiada pelos conservadores ou pela direita é, na melhor das hipóteses, um erro analítico que pode ser um erro histórico. A esquerda deve participar dos protestos e apoiar a agenda.

O ponto central – com base nas análises das seções 2-5 – é que a esquerda tem muito mais razões para apoiar a agenda popular do que a direita. O combate às heranças maldita de FHC, desastrosa de Lula e tragicômica de Dilma deixa um único sopro de esperança: quem sabe, em 10 ou 20 anos, as forças progressistas – e, principalmente, a esquerda brasileira – consigam se reconstruir e reaglutinar.

Dilma é figurante supérfluo enquanto Lula é protagonista no drama do desenvolvimento às avessas do Brasil. Lula é um personagem dramático – descendente do Salsicheiro de Aristófanes, do Falstaff de Shakespeare, do Tartufo de Molière e do Pai Ubu de Jarry. No cenário mambembe da política brasileira, o que temos é um drama grotesco!

No Brasil a esquerda precisará de décadas para se reconstruir. O impedimento de Dilma e a punição de Lula são condições necessárias para a reconstrução da esquerda brasileira. Precisamos começar imediatamente esse processo já que a degradação do Brasil é econômica, social, política, institucional e ética. E, nada é tão ruim que não possa piorar!